



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

122
122

ED na Ap 0295990-0

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Francisco Manoel Cardoso Dias

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO SUNTINIBE/SUTENT 50 MG. PACIENTE PORTADOR DE NEOPLASIA DE RIM ESQUERDO (CID C64). RESPONSABILIDADE DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. **1.** Os artigos 5º e 196 da CF/88 foram expressamente enfrentados no acórdão embargado. **2.** As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) restaram afastadas ao argumento de que a prestação jurisdicional deferida não invade a seara administrativa, eis que *“apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República”*. **3.** O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. **4.** De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória. **5.** Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0295990-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 71 de março de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

167
aug
123
80

ED na Ap 0295990-0

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Francisco Manoel Cardoso Dias

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de acórdão proferido nos autos da Apelação Cível nº 0295990-0, pelo qual se negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo, por conseguinte, a sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido do autor, ora embargado, e, confirmou a tutela antecipada anteriormente concedida, determinando ao Estado de Pernambuco *que "forneça o medicamento SUNITINIB (SUTENT) enquanto for necessário ao tratamento do promovente"*.

A decisão embargada restou assim ementada:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO SUNITINIB/SUTENT 50 mg. PACIENTE PORTADOR DE NEOPLASIA DE RIM ESQUERDO (CID C64). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação da Declaração Médica (fls. 10/11) e a Solicitação Médica (fl. 21), ambas subscritas, pela Dra. Carla Limeira Barreto (CRM 10.415), do Hospital Universitário da Universidade de Pernambuco. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Francisco Manoel Cardoso Dias, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

Argúi o embargante, em suas razões recursais, que: (i) o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, diante do que necessário seria o seu esclarecimento para fins de prequestionamento explícito, possibilitando-se o acesso às instâncias superiores, a teor das súmulas 282 e 356 do STF; (ii) que o acórdão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

10/8
10
21/8
10
10/11
10

impugnado não se manifestou expressamente acerca da aplicação ao caso em tela dos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 2º, 5º, 37, *caput* e XXI, e 196 da Constituição Federal.

É o essencial a relatar.

As razões dos embargos, em verdade, constituem basicamente a reprodução dos argumentos expendidos na Apelação Cível nº 0295990-0, agora com a indicação expressa dos dispositivos supostamente violados, em relação aos quais me pronunciarei, em atenção ao pleito de prequestionamento explícito.

No tocante aos artigos 5º, *caput*, e 196 da CF/88, tenho que os mesmos foram expressamente enfrentados no acórdão ora embargado, que consignara:

5. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Francisco Manoel Cardoso Dias, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI deste artigo (compra de medicação mediante licitação pública), restaram implicitamente enfrentadas no seguinte trecho do acórdão embargado:

6. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.

De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Tenho por inexistentes, pois, as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual deles conheço para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes** provimento.

Recife, 21 de março de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator